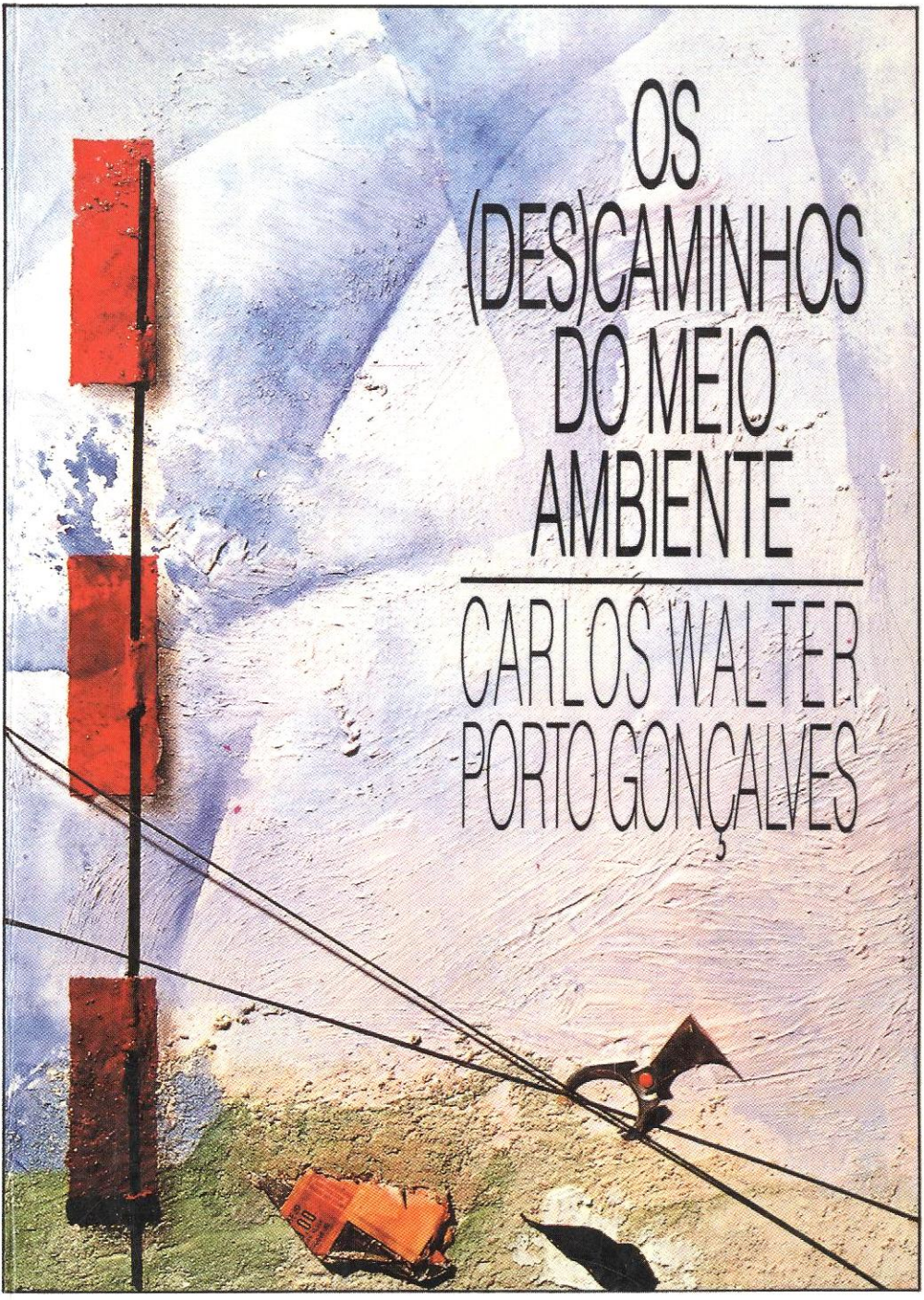
OS (DES)CAMINHOS DO MEIO AMBIENTE

CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES



editoracontexto

SOCIEDADE NATURAL. NATURAL?

No capítulo anterior, procuramos expor à luz das novas descobertas científicas a complexidade que envolve o conceito de natureza, sobretudo no que diz respeito ao animal-homem. Já salientamos que o homem infelizmente tem sido analisado, nos diversos estudos ecológicos, como um ser estritamente biológico.

Ora, *o homem é um ser que por natureza produz cultura;* esta é a sua especificidade natural. Diferentemente do pensamento corrente, os homens ao longo da história criam normas, regras e instituições não para evitar cair no estado de natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza não somente em função dos estímulos advindos do meio ambiente, mas também das relações que os homens estabelecem entre si.

O homem é um animal que vive nos mais diferentes ecossistemas, não só se adaptando a eles mas, também, sobretudo a partir da revolução neolítica, moldando-os a ele, em virtude das suas necessidades histórico-culturalmente desenvolvidas. É empiricamente observável que mesmo em ecossistemas com características similares, os povos que os habitam não apresentam as mesmas características sócioculturais. A história precedente com o patrimônio cultural herdado, em certos casos trazidos de outras experiências em outros ecossistemas, as influências sofridas em contato com outros grupos – tudo isso leva a que cada povo-cultura seja singular e irredutível a qualquer outro. Cada povo-cultura é uma expe-

riência única e radical e é no interior desse ambiente cultural que se desenvolvem os atributos e qualidades sem os quais, para os indivíduos que nele vivem, a vida não vale a pena ser vivida.

Tudo isso implica que devemos aprofundar a reflexão a respeito da idéia de *sociedade natural,* tão comum entre aqueles que se envolvem com a ecologia. O que é uma sociedade natural? Ora, o simples fato de existirem diversos povos e culturas já nos indica que é um atributo próprio da espécie humana desenvolver múltiplas formas de organização sóciocultural e, assim, nenhum desses povos-culturas pode ser apontado como natural em relação aos outros. Essa diversidade de povos e culturas resulta das criações e invenções efetuadas pela espécie humana em situações históricas singulares e irredutíveis. Deste modo, todos os povos e culturas *são* e *não são* naturais, a não ser que os queiramos submeter a um modelo único que consideremos *natural.* E qual seria esse modelo cultural? Isso, mais uma vez, faz-nos lembrar dos horrores da experiência nazifascista... A idéia de uma sociedade natural tem, de fato, uma forte conotação ecofascista.

Na verdade, esta tendência a buscar na natureza o paradigma para a sociedade está fortemente enraizada na cultura ocidental, particularmente após os séculos XVIII e XIX, em certas vertentes do Iluminismo e do Racionalismo. A filosofia positivista, com absoluta hegemonia nos meios científicos, é a maior expressão desse fato. Afinal, conforme já constatamos, sob a ótica positivista a natureza é algo objetivo e, portanto, suas leis estão livres das paixões, das ideologias e das subjetividades. Deste modo, aplicar aos homens estas leis objetivas seria encontrar a sociedade *naturalmente* justa.

O que o Iluminismo racionalista não conseguiu incorporar foi a idéia de que as relações humanas, sócio-historicamente instituídas, não se estabelecem exclusivamente em função de interesses práticos imediatos como aqueles que se desenvolvem na mediação homem-natureza (técnica), mas também num campo de relações intersubjetivas que é mediado simbolicamente (relação homem-homem). Todo o racionalismo moderno veio se desenvolvendo em torno da relação sujeito-objeto, sem levar na devida conta que é uma outra razão que move a relação sujeito-sujeito na sociedade. É

da incompreensão dessa problemática que parte a mania de chamar de irracional ao povo indiano que se recusa a comer carne de vaca – animal considerado sagrado pelos hindus – quando grande parte da população morre de fome, ao mesmo tempo em que se esquece, todavia, de que no nordeste brasileiro assim como na periferia de nossas grandes cidades, milhões de seres humanos morrem de fome sem que essas pessoas se atrevam a comer carne de cachorro. E neste último caso sequer existe a atenuante de esse animal ser considerado sagrado... Por que não o fazem? Do ponto de vista biológico não há nada que os impeça e, no entanto, ficamos horrorizados quando lemos nos jornais que se anda comendo rato no nordeste. Em contrapartida, não nos causa incômodo ler também nos jornais que apesar da nossa alarmante crise habitacional foram construídos nos últimos anos mais metros quadrados de residências para automóveis (garagens) do que de casas para seres humanos que "subvivem" nas favelas, cortiços e alagados. Olhada assim, de um ponto de vista crítico, nossa sociedade também aparece como irracional o que não nos impede de encontrarmos explicações racionais para esses fatos...

Toda cultura observada de fora ou sob a ótica de outros valores aparece como irracional. Em suma, *toda e qualquer cultura é um sem sentido que faz sentido para as pessoas que nela vivem.* Nenhuma cultura é, assim, racional, ao mesmo tempo que todas o são do ponto de vista de seus próprios valores.

É importante sublinhar que no interior de cada povo-cultura, dependendo da natureza de sua organização social, desenvolvem-se tensões, conflitos e lutas de caráter variado. Sabemos que aquilo que genericamente denominamos de cultura ocidental (ou greco-romana ou judaico-cristã) comporta profundas diferenças no espaço e no tempo.

As diversas culturas não são imutáveis; novas formas de organização sóciocultural são inventadas e criadas; novos atributos e qualidades desabrocham e outros são inibidos num processo absolutamente sem fim. O homem não é simplesmente um ser inacabado, é mais do que isso: é um ser *inacabável*. E esta é uma idéia politicamente essencial, pois significa que se o homem não tem fim, a tolerância e o respeito, sobretudo para com quem pensa diferente,

devem estar absolutamente assegurados entre nós. Isto não nos termos colocados pela tradição liberal que fala de direito à liberdade, inclusive para que um homem possa oprimir e explorar outro homem em nome do progresso e da livre iniciativa quando a iniciativa dos demais está sendo negada. A liberdade fundada na propriedade privada se é positiva para quem é proprietário, significa para aquele que não o é o cerceamento da possibilidade de pleno desenvolvimento de suas potencialidades. A sociedade que podemos imaginar a partir da situação concreta em que vivemos não será mais natural do que essa à qual estamos submetidos e questionamos. Ela, talvez, permita que outras potencialidades floresçam. Talvez mais pessoas consigam se libertar do jugo a que estão submetidas... mas ela não significará de modo algum o fim da história, pois novas tensões, conflitos e lutas nela se desenvolverão. Outros possíveis históricos estarão nela sendo inibidos e são eles que apontarão o sentido das mudanças e transformações que terão que advir.

À primeira vista, estas considerações acerca do complexo desenvolvimento dos povos e das culturas, na verdade, sobre a história, parecem fugir à temática central deste ensaio que propõe uma reflexão sobre a ambígua idéia de natureza. No entanto, tais observações são fundamentais às nossas reflexões, pois toda cultura elabora os seus conceitos, inclusive o de natureza, ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais. Em nossa sociedade, por exemplo, a natureza é vista como algo passível de ser dominado e submetido ao Homem todo-poderoso... E só não vê quem não quer a íntima relação dessa idéia com os propósitos de dominação e submissão de um homem por outro homem. Veremos com mais detalhes adiante que curiosamente aqueles seres humanos que estão submetidos, explorados e oprimidos é que são, com freqüência, associados à natureza: os índios, os negros, as mulheres, os operários, os camponeses, os jovens, as crianças.

Um conceito-chave de toda cultura é o conceito de natureza. Essa afirmação talvez abra uma pista interessante para novas reflexões, libertando-nos da armadilha em que até agora estivemos enredados tentando buscar aquela característica que faria o homem saltar do reino da natureza para o reino da cultura. O homem é um

ser social? É um fabricador de instrumentos, um *homo faber?* É um animal falante, *homo linguisticus?* É a existência da interdição para os casamentos, as relações de parentesco que o distinguem dos outros animais?... As novas descobertas científicas fazem cair por terra todas essas tentativas, pois como nos diz Serge Moscovici, "tudo nos incita a pôr fim à visão de uma natureza não-humana e de um homem não-natural".

Talvez o necessário seja que todos os que se interessam pela ecologia afirmem com veemência – com todas as implicações daí decorrentes – que a sociedade tem limites na sua relação com os outros seres orgânicos e inorgânicos, que habitam o nosso planeta... Mas falar em *limites* – o que à primeira vista pareceria uma solução é, na verdade, problemático. Quem determina os limites? Quem, em nome do que ou de quem terá o poder de impor esses limites? Poder-se-ia alegar que quando se trata da vida, da sobrevivência da espécie, essas questões tornam-se menores porque o que importa é a sua preservação antes que seja tarde. Porém aqui, sabemos, não há consenso. Ao contrário, há um verdadeiro divisor de águas entre os próprios ecologistas: para aqueles que consideram a vida num sentido estritamente biológico, não há problema quanto à forma de preservação, desde que isso seja feito com eficácia. Todavia, existem outros – entre os quais me incluo – que acreditam que o desenvolvimento da vida humana em toda sua plenitude exige um terreno onde os homens livremente possam definir seus destinos e a inexistência dessa condição impede o desabrochar inerente à vida humana que é negado em nome de uma vida puramente vegetativa, biológica. Esta questão não é nova, e está mesmo na origem da filosofia na Grécia antiga: os gregos originariamente chamavam *pólis* ao muro que demarcava, delimitava, a cidade do campo. Posteriormente, *pólis* passou a designar o que estava contido intramuros. Cidadão era aquele que podia participar da discussão sobre os destinos da *pólis*. Escravo era aquele a quem estava vedado esse direito, também fora do alcance das mulheres. *Política* era a arte de definir os limites para a vida na *pólis*. Tirania, quando *um* definia os limites para toda a *pólis*. *Democracia,* quando todos os cidadãos governavam e autodefiniam esses limites.

As revoluções burguesas estenderam os direitos de cidadania não distinguindo, como os gregos, cidadãos de escravos, ao

afirmar que todos são iguais perante a lei. Nos quadros da sociedade burguesa, permanece a interrogação acerca de quem vai definir os limites o que, tal como no mundo grego, coloca-nos no cerne da *política,* da arte de definir os limites. Avulta aí a contradição de muitos ecologistas que querem definir limites mas não querem se envolver com a *política*... Quanto a isto não há alternativa: a questão ecológica é essencialmente política e ainda que encontremos em nosso país boas razões para termos aversão à política, a seriedade dos problemas que levantamos exige, por isso mesmo, muita criatividade e lucidez política para não deixarmos tal questão nas mãos daqueles que só lembram da ecologia na época das eleições.